

**UNIVERSIDADE BRASIL**

## **O PAPEL DO TUTOR EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**AUTORES: Alex Sandro Tomazini/Marlene Guedes Duarte Santos**

### **RESUMO**

Este trabalho demonstrar as mudanças ocorridas no comportamento das pessoas e as exigências de uma reestruturação das instituições civis e educacionais. As informações passaram a chegar instantaneamente à população em diversos setores em tempo real cadenciadas pela nova atualização modular científica e tecnológica. Com o surgimento da rede de Internet também tivemos uma renovação nos cursos a distância que passaram a abranger diversas modalidades, como graduações e especializações. Diante deste horizonte os professores /tutores também tiveram que buscar cursos de formação continuada adequando-se aos novos padrões de ensino EAD, capacitação e apropriação das mídias para tutoria on-line. Por outro lado sabemos que a formação do professor/tutor não limita-se apenas no âmbito tecnológico mas também em sua atualização como profissional da educação com bagagem didática e pedagógica. Nossas leitura apontaram para cursos de formação que embasam o novo profissional EAD como um profissional competente na área pedagógica, capaz de solucionar problemas ,domínio da área tecnológica e midiática, liderança ao coordenar o curso, tempo dispensado aos atendimentos de alunos ,dedicação e habilidades para gerir seu grupo de alunos que certamente deve ser bastante heterogêneo.

**Palavras-chave:** Ead; Formação; Tutoria.

### **Introdução**

A procura por Educação a Distância (EAD) no Brasil tem crescido muito a cada ano, e muitas Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem cursos nesta modalidade de ensino atendendo às demandas diversas no sentido de formação e aperfeiçoamento profissional, oferecendo cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Como amparo legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de nº 9394/96, no artigo de nº 80 e o Decreto de nº 9.057/2017, que regulamenta este artigo, trazem muitas contribuições para a EAD. A Proposta de Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (MEC, Brasil), podemos considerar que é um documento norteador que pode contribuir para ações

de regulação, supervisão e avaliação da EAD no ensino superior, visando a qualidade dos cursos ofertados pelas IES, nesta modalidade de ensino.

A qualidade esperada perpassa pela reflexão sobre o ensino a distância, ou seja, a denominação “a distância” nos induz a pensar em distância geográfica e isolamento. No entanto, está aí o ponto chave da EAD, superar qualquer distância, aproximar, interagir, utilizando para isso meios tecnológicos, como televisão, internet, videoconferência, telefone, e-mail, entre outros, e o principal, pessoas.

E estas interações exigem a figura de um profissional muito importante: o tutor, que necessita de competências e habilidades específicas para contribuir para a qualidade e superação do distanciamento nos cursos oferecidos nesta modalidade de educação.

Para garantir esta qualidade na EaD, o papel do tutor exige uma postura diferenciada. Como um profissional polidocente (MILL; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2010, p. 23), as competências e habilidades que se esperam de um tutor são: pedagógicas, socioafetivas, tecnológicas, autoavaliativas e gerenciais. Essas competências são aprofundadas nesta pesquisa bibliográfica de forma a mostrar sua aplicação como meio de garantir o sucesso da EaD, tendo em vista sua grande expansão.

Segundo Nóvoa (1992) a formação docente não deve acontecer somente por meio de cursos mas também como parte de um processo contínuo e reflexivo na construção de uma identidade pessoal de cada docente. Com a criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROFINFO) através da portaria nº 522/MEC de abril de 1997 que tem como objetivo o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação em escolas públicas que passaram a utilizar laboratórios de informática assegurando a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação em todas as etapas e modalidades.

O uso das TICs tem sido um desafio para os professores que têm claramente a necessidade de adquirirem competências que lhes proporcionará condições de incrementar suas aulas e oportunizará a seus alunos um aprendizado baseado nas tecnologias. As dificuldades dos professores está pautada no desconhecimento e devem ser minimizada por meio de formação continuada objetivando novos conhecimentos, contextualizando seu aprendizado e experiências adquiridas durante

sua formação, compatibilizando com as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõem a atingir em sala de aula.

Por outro lado o docente deve ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos, derrubar paradigmas de um sistema de ensino fragmentado frente a uma nova abordagem integradora voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno.

Considerando a demanda atual por procura de cursos na modalidade a distância, e pensando na qualidade destes cursos que são oferecidos pelas instituições de ensino públicas ou privadas, este estudo busca investigar através de pesquisa bibliográfica quais competências são essenciais exigidas para a atuação em tutoria, função esta de grande relevância que pode favorecer e qualificar o ensino e aprendizagem na modalidade de Educação a Distância.

Nesse sentido faz-se necessário discutir sobre as competências essenciais do trabalho do tutor na Educação a Distância, indagando quais as competências os tutores precisam desenvolver para o sucesso dos alunos, a importância deste trabalho visa analisar a função de tutoria e as competências essenciais necessárias para a atuação destes profissionais, vislumbrando um atendimento de qualidade aos alunos que optam por cursos na modalidade a distância.

Dentre as competências, vimos como essenciais para atuação em tutoria, a sócio afetivas, pois o tutor deve desenvolver a empatia que facilita as relações e que para desenvolvê-la é preciso autoconhecimento e autocontrole, além de saber trabalhar as emoções. Como competência pedagógica, o tutor necessita ter domínio do conteúdo, saber planejar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem, precisa também ter o domínio tecnológico, a fim de auxiliar seus alunos e saber se localizar no ambiente virtual de aprendizagem. Na competência gerencial o tutor necessita da capacidade de propor, elaborar, implementar, implantar e avaliar ações de tutoria para a modalidade da Educação a Distância, em busca da qualificação de sua atuação em tutoria. Nesse sentido os objetivos deste artigo são identificar e definir as principais competências para um tutor da Educação a Distância de forma a ser um facilitador da aprendizagem dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento desta, além de levantar as competências que favorecem o desenvolvimento do trabalho em tutoria.

Para esta pesquisa, utilizaremos como metodologia o estudo bibliográfico de livro, revistas e de artigos científicos publicados na plataforma Scielo. Os

referenciais teóricos, uma vez compilados, serão lidos, estudados e fichados a fim de confeccionar uma redação clara e organizada sobre os principais conceitos que embasam o tema gerador. Durante a redação do referencial teórico, lança-se mão da análise qualitativa e crítica sobre as diferentes concepções e entendimentos sobre tutoria. Nesse sentido, procura-se apresentar um texto claro e preciso, que servirá de consulta para diferentes públicos e que trará diferentes reflexões sobre o tema tratado.

## **OBJETIVO**

Este artigo tem por objetivo analisar a relevância no papel do tutor a distância, apresentando suas atribuições e a necessidade desta função para a EAD, de interação entre o aluno e o conhecimento e pontuar alguns aspectos para que este profissional desempenhe seu papel de forma a atender melhor o aluno desta modalidade como também atender as necessidades do aluno quanto a ambientação.

## **METODOLOGIA**

Para esta pesquisa, utilizaremos como metodologia o estudo bibliográfico de livros, revistas e de artigos científicos publicados na plataforma Scielo. Os referenciais teóricos, uma vez compilados, serão lidos, estudados e fichados a fim de confeccionar uma redação clara e organizada sobre os principais conceitos que embasam o tema gerador. Durante a redação do referencial teórico, lança-se mão da análise qualitativa e crítica sobre as diferentes concepções e entendimentos sobre a tutoria. Nesse sentido, procura-se apresentar um texto claro e preciso, que servirá de consulta para diferentes públicos e que trará diferentes reflexões sobre o tema tratado.

## **DESENVOLVIMENTO**

Este trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da formação para atuação em tutoria no ensino a distância, considerando o histórico da Educação a Distância (EAD) com um olhar sobre as leis em vigor que regem a EAD no Brasil observando os tópicos que tratam especialmente sobre a implantação, implementação e acompanhamento desta modalidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de nº 9394/96, sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996, no artigo de nº 80, trouxe amparo legal e muitas contribuições para a Educação a Distância. (MEC, 1996).

O Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, dividido em 6 capítulos, com 37 artigos e subdivisões em parágrafos e incisos, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, revogado pelo Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017; foi considerado de caráter inovador, ao permitir que se desenvolvesse uma política nacional de educação a distância e que se fixassem diretrizes norteadoras para os sistemas de ensino do país. Algumas críticas sobre a formatação desta modalidade de ensino no que se refere aos encontros presenciais, organização, orientação, acompanhamento e avaliação ainda reflete certa desconfiança e preconceito com relação a Educação a Distância no Brasil.

O Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que revoga o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, é dividido em 4 capítulos, com 25 artigos e subdivisões em parágrafos e incisos, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nas disposições gerais do referido decreto, a EAD é tratada como uma modalidade educacional que permite mediação didático pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, com utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, permitindo acesso, acompanhamento e avaliação a estudantes e profissionais da educação que estejam em espaços e tempos diferenciados. Esta modalidade de ensino poderá ser ofertada para a Educação Básica e Ensino Superior, com garantia de acesso, espaços e meios utilizados. Para criação, organização e oferta de cursos, deverá ser observada a legislação vigente e as normas específicas para a EAD. As sedes da instituição de ensino e polos de EAD deverão assegurar tempo, espaço e recursos para a realização de atividades presenciais, de tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratórios bem como a defesa de trabalhos, para atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Da oferta da modalidade a distância para a Educação Básica, atenderá ao Ensino Fundamental, em termos do artigo 9º e conforme §4º do artigo 32 da Lei 9394/96:

O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, por motivo de saúde, em viagem para o exterior, moram em lugar que impede o acesso ao ensino presencial, por transferência para região de difícil acesso, em situação de privação de liberdade. (BRASIL,1996).

**O Ensino Médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996:**

Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:- Educação Profissional Técnica de nível médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial. (BRASIL, 1996).

O artigo 11 do referido Decreto, expressa que as instituições de Ensino Superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância para o Ministério da Educação para fins de avaliação, regulação e de supervisão, conforme a Lei nº 10.861/2004. No § 2º (...) É permitido credenciamento de instituições superiores exclusivamente para oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu para modalidade a distância.

As escolas do sistema de governo federal credenciadas pelo Ministério da Educação poderão ofertar seus cursos de pós-graduação lato-sensu, nas modalidades presencial e a distância. As instituições de ensino superior Estaduais e Distritais, deverão solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para ofertar cursos de pós-graduação. Os processos de credenciamento e credenciamento institucional, de autorização de reconhecimento de cursos superiores de modalidade a distância serão submetidos a avaliação na sede da instituição de ensino, com objetivo de verificar; metodologia, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, para desenvolvimento do previsto no Plano Institucional e Projeto Pedagógico de curso.

Os cursos de pós-graduação lato-sensu na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância. A oferta de programas de pós-graduação stricto-sensu na modalidade a distância ficará condicionada à recomendação da CAPES, observada as diretrizes e pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Na EaD, as aulas e o conteúdo do material didático constituem momentos de comunicação comuns a todos os alunos independente de sua localização

geográfica, grupo social e cultura. As atividades de aprendizagem desenhadas para adequar o global ao local e a tutoria se constituem como elementos de articulação desse conhecimento global com as especificidades de cada local, ou seja, conhecimento organizado no âmbito geral é localizado pelas atividades sugeridas para serem supervisionadas pelos tutores e desenvolvidas e aplicadas pelos alunos na sua comunidade.

Muitas instituições e, por consequência, muitos tutores adotaram as tecnologias digitais por modismo, por questões de marketing e custo. Utilizam os suportes digitais sem a devida adequação, preparação e conhecimento, deixando de propiciar ao aluno o que de melhor a tecnologia digital oferece (CORTELAZZO, 2009).

Acredita-se, fala-se e vivencia-se a educação e qualifica-lá como presencial, semipresencial ou a distância não significa alterar a sua essência, mas sim qualificá-la como referência às relações de espaço e tempo das ações educativas, ou seja, ação, colaboração, acessibilidade e equidade fazem parte da essência do tutor, na sociedade contemporânea.

Relacionado com o tema formação de professores discutiremos sua formação continuada visto que esse docente atuará diretamente na mediação do conhecimento, contribuindo para a formação moral e intelectual de outras pessoas. Com a chegada do século XX, conhecido como o século do conhecimento e da informação, ocorreram no meio social, econômico, político e cultural grandes mudanças graças às tecnologias dando origem à era da informação. A formação continuada dos professores é garantida pelo Decreto Nº 8.752 de 9 de maio de 2017, Art. 2, onde confirma a sua importância de acordo com os seguintes parágrafos:

VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

IX - A valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho (BRASIL, 2017).

Cabe mencionar que o conhecimento é um processo contínuo, portanto, o professor não deve apenas contentar-se com o conhecimento adquirido durante sua graduação, deve considerar-se um eterno aprendiz. A sociedade viu-se perplexa e insegura colocada diante de novas concepções. O mundo mudou. Na área da educação e mais especificamente na formação de professores as diversas possibilidades desafiam os profissionais diante de novas formas de conhecimento, produção e socialização dos mesmos. Com especial destaque neste movimento encontra-se os professores da educação a distância atônitos com as novas formas de ensinar e de aprender, portanto, profissionais com um novo perfil são exigidos.

Segundo Tardif (2001), os professores são aqueles disseminadores do conhecimento que emanam a imagem de detentores do saber que atualmente após passarem por uma universidade não se sentem com bagagem suficiente e preparo para encarar a nova realidade social e a rapidez com que as informações são veiculadas e produzidas pela tecnologia.

Schulman (1987), postula que o professor precisa armazenar conhecimento nas diversas áreas, experiências diversas como um banco de dados que proporcione segurança para exercer o ofício docente. Schulman (1986, 1987) evidencia nesta busca pelo conhecimento dois pontos importantes: o conhecimento empírico para o magistério e a escolha pedagógica. O profissional deve ter conhecimento do conteúdo específico, meios pedagógico, estratégias pedagógicas para trabalhar o conteúdo adequado a um trabalho interdisciplinar entre outras áreas. Diante destas ferramentas o professor deverá adaptar conhecimentos relacionados ao contexto de vida de sua clientela, ao currículo e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que também deve ser estruturado de acordo com a comunidade onde se situa a escola. A presença das tecnologias digitais e metodologias podem surpreender sua forma de ler o mundo e consequentemente de ensinar e aprender.

Para Beherens (1997), é compromisso do professor tornar possível uma aprendizagem significativa, reflexiva que promulgue a cidadania considerando os diversos aspectos e os contextos que estão incluídos seus alunos, trabalhando conceitos raciais, sociais, históricos, de gênero e classe. Para Kenski (1998), o tutor evidencia novos saberes docentes novos comportamentos de aprendizagem, novas racionalidades e novos estímulos.

A EaD aparece aqui como ferramenta que tem facilitado o acesso à informação proporcionando formação do profissional docente. É necessário assegurar uma formação docente que venha desmitificar o padrão positivista o qual não responde mais as demandas da atual sociedade, ponto nevrálgico para romper com antigos modelos educacionais e avançar em direção a um paradigma inovador, não se deve negligenciar que o papel do professor vem exigindo novas competências.

Dentro dessa perspectiva temos a contribuição do Paradigma da Complexidade, que segundo Behrens (2009, p. 181), instiga os docentes a uma visão global, unificadora e integradora, fazendo com que o conhecimento faça parte de um todo acoplado a um contexto, uma trama complexa, sem divisões, que contrariam as práticas atuais dos docentes diante de um ensino tradicional. Em resposta a essa postura faz-se necessário e urgente uma formação continuada. A formação docente não deve ser pautada apenas para que o professor saiba atuar em ambientes on-line e sim numa proposta pedagógica onde o professor tutor deve participar de sua criação colocando seu conhecimento educacional. A educação na visão newtoniana-cartesiana é de que a competência e habilidades são pautadas num conhecimento enciclopédico, entretanto essa concepção resultou em uma ruptura e deslocamento entre o conhecimento e a prática. Neste sentido compactuamos com Behrens (2007, p. 443) que afirma que a maioria dos professores contemporâneos do século XX foram formados por meio de capacitações e treinamentos. “Esse treinamento caracteriza-se por propostas estanques, em blocos, oferecidas de maneira complementar ou desenvolvidas por ciclos em busca do melhoramento e atualização periódica de profissionais por meio de cursos ou palestras”. Tais treinamentos não passavam de repetições de tarefas, que eram transmitidas aos alunos que por sua vez reproduziam as falas espelhadas em seus mestres de acordo com modelos e padrões preestabelecidos. Diante desse horizonte acreditava-se que o saber-fazer garantiria o saber-ensinar. Tais capacitações geravam um professor submisso que aceitava sem questionar o sistema repassando a seus alunos. Conforme Behrens (2007), nas décadas de 70 e 80 do século XX as capacitações na área da Educação, eram vistas como reciclagem e tinham por objetivo modelar ou remodelar a prática pedagógicas e determinavam que professores fossem multiplicadores mas, os mesmos tinham dificuldades em repassar as capacitações aos colegas. Nóvoa (1992, p. 25) explica a

razão de tais capacitações não se consumarem como exitosas, “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim por um trabalho de reflexividade crítica sobre a prática e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. Após a década de 80 a formação de professores recebeu um novo olhar e encarou o desafio de capacitar docentes por meio de workshops e cursos de extensão reduzida, que, segundo Behrens tinham o intuito de provocar porém não instrumentalizam os profissionais para uma mudança em sua prática pedagógica.

Faz-se necessário alguns conhecimentos específicos característicos da Ead para o preparo e planejamento didático, estratégias de interação e intervenção, aspectos tecnológicos, preparação para a navegação no ambiente virtual, esclarecimentos do papel do professor virtual e o compromisso do aluno.

Deve-se ter o cuidado na escolha de padrões que agreguem conhecimento e competência tecnológica relacionada dentro do contexto virtual paralelamente aos conteúdos, técnicas e metodologia utilizadas pelo docente on-line. A formação docente requer do tutor proficiência no que se refere as influências e mudanças provocadas pela tecnologia na educação e pela forma de ensinar e aprender.

A Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2005 e instituída pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País", sendo gerenciada pela CAPES, como precursora do desenvolvimento da modalidade a distância como política pública de expansão, democratização do ensino. É público e notório a evolução no design e qualidade de cursos superiores a distância promovidos pelo sistema UAB quando comparada com a educação a distância tradicional, que dispunha de meios de comunicação que utilizavam suportes estáticos, como televisão, rádio, livros, sobretudo nas possibilidades de relações intersubjetivas.

A formação de professores EaD, deve promover um constante diálogo sobre as conquistas advindas da implementação da UAB e fomentar o campo de pesquisas em tecnologias de informação e comunicação. As novas ideias lançam-se em projetos da UAB que podem propiciar a revisão de nosso modelo educacional, em termos da modernização, gestão democrática e financiamentos, que poderá trazer importantes ações para a melhoria da qualidade da educação, tanto na utilização e implantação de tecnologias e metodologias inéditas ao ensino

presencial quanto nos possíveis caminhos para garantirmos educação superior a distância com liberdade e flexibilidade.

É providencial ressaltar a importância da oportunidade de ofertar educação superior por meio da modalidade a distância aos lugares mais longínquos do país. Essas ações, aliadas à constante reflexão e capacitação dos profissionais poderão contribuir para a inserção de diversas pessoas ao mundo acadêmico, melhorando assim, a qualidade do ensino no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação a Distância no Brasil (EAD), apesar de nova esta modalidade de ensino no país, trouxe perspectivas de formação nos diversos níveis de ensino e setores empresariais, estes que buscam atender às necessidades do indivíduo e preocupam-se em permitir o acesso à informação e aquisição de novos conhecimentos.

A Ead apresenta modelos de formação que atendem a interesses diversos, permitindo o acesso à informação, atualização e requalificação de forma rápida, com a utilização de tecnologias inovadoras que favorecem a aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de nº 9394/96, no artigo de nº 80, regulamentado pelo Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, traz amparo legal e muitas contribuições para a Educação a Distância no Brasil.

Em busca de qualidade dos cursos oferecidos em Ead pelas instituições de ensino superior, a Proposta de Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, traz orientações que auxiliam as instituições de ensino superior na organização, implementação e implantação dos cursos nesta modalidade de ensino.

A prática de tutoria envolve compromisso, dedicação e habilidades específicas, para dar conta da demanda exigida na educação a distância. A atuação do tutor pode diminuir o distanciamento inerente a essa modalidade de ensino. As ações realizadas pelo tutor de provocar interações e criar desafios, estimulam à participação, incentivam à autonomia e colaboram muito para que o aluno não sinta-se solitário na aprendizagem, além de permitirem a construção de afetividade neste contexto educacional.

Garantir uma boa estrutura física e organizacional para o atendimento de qualidade aos estudantes deve ser compromisso das instituições que oferecem cursos em EAD. O poder público tem como responsabilidade a fiscalização, o acompanhamento e avaliação de todo o processo educacional com vistas a permitir a qualidade esperada nesta modalidade de ensino.

No Brasil há legislação que regulamenta a educação a distância mas não existe regulamentação da profissão de tutor. É importante que os professores que atuam como tutores na EAD, lutem para a valorização da função de tutoria e pelo investimento em aperfeiçoamento, capacitação e qualificação do Tutor, para que não haja a precarização do trabalho desses profissionais nesta modalidade de ensino.

Em suma, o tutor é um pesquisador na ação e, para tanto, se fazem necessárias mais pesquisas em seu campo de atuação, assim como pesquisas que sejam desenvolvidas pelos próprios tutores, de modo a se fazer ouvir a voz destes profissionais, melhorando cada vez mais suas condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da educação a distância.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M.; AMARAL, A. dos S.. **Competências essenciais na tutoria para um bom desempenho dos estudantes na modalidade a distância.** In: XIV EVIDOSOL e XI CILTEC - Online. Junho/2017. Disponível em: <[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais\\_linguagem\\_tecnologia/article/download/12200/10394](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/download/12200/10394)> Acesso em 15 de jul. de 2019.

ALMEIDA, N. L. de O.; MARROIG, R.; PINTO, V. R. R.. **Competências e habilidades do tutor virtual que influenciam na aprendizagem dos alunos.** In: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro. v. 8. n. 2. abr./jun. 2014. p. 144-166. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v8i2.448>> Acesso em 14 d jul. de 2019.

BEHAR, P. A., Org. **Competências em educação a distância.** Porto Alegre : Penso, 2013.

BERNARDINO, H. S. **A Tutoria na EAD: Os Papéis, as Competências e a Relevância do Tutor.** 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Hebert\\_Bernardino2/publication/293824876](https://www.researchgate.net/profile/Hebert_Bernardino2/publication/293824876). Acesso em 12 jul 2019.

BORGES, F. V. A., SOUZA, E. R. de. **Competências Essenciais ao Trabalho Tutorial: um estudo bibliográfico.** 2012. Disponível em: - <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/sied/article/viewFile/178/85>. Acesso em 12 jul 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº. 9.394**, de 20.12.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 5.622**, de 20.12.2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622). Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 9.057**, de 25.05.2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622). Acesso em: 03 jul. 20189

CORTELAZZO, I. B. **Prática em EAD.** Curitiba: Ibpex, 2009.

ESQUINCALHA, A. C. **Conhecimentos revelados por tutores em um curso de formação continuada para professores de Matemática na modalidade a distância.** 2015. 170 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 22. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A. 1998.

FILHO, A. C.; SALES, V. M. B.; ALVES, F. C.. **A identidade docente do tutor da Educação a Distância.** In: SIED/EnPED. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2012. Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/295-1015-1-ED.pdf>> Acesso em: 15 de jul. de 2019.

GHEDINI, R. M.; STIVAL, M. C. E.E. **Gestão na Tutoria :Uma proposta de trabalho para os tutores da instituição de ensino Superior.** 2014. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n7/ARTIGO-ROBSON-GUEDINI.pdf>. Acesso em 12 jul 2019.

GIANNELLA, T. R.; STRUCHINER, M.e RICCIARDI, R. M. V. **Lições Aprendidas em Experiências de Tutoria a Distância: Fatores Potencializadores e**

**Limitantes.** Laboratório de Tecnologias Cognitivas (Nutes/UFRJ) Apoio: CNPq, Capes, <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0059.html>  
Acesso em 18 jul 2019.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. In: **Revista Diálogo Educacional**. São Paulo: Loyola, 1998.

KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, L. M. R.; BEHAR, P. A.. **Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD**. In: Novas tecnologias na Educação. CINTED - UFRGS, v. 7, n. 1, julho, 2009. Disponível em: [seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13912](http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13912) Acesso em 16 de jul. de 2019.

LESSA, S. C. F., **Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil**. 2011. Disponível em: [http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista\\_PDF\\_Doc/2011/Artigo\\_02.pdf](http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_02.pdf)  
Acesso em: 03 jul. 2019.

MILL, D.; FIDALGO, F. **Sobre uma tutoria virtual na educação a distância: caracterizando o teletrabalho docente**. Virtual Educa Brasil, 2007. Disponível em: <http://recursos.portaleducoas.org/publicaciones/sobre-tutoria-virtual-na-educa-o-dist-ncia-caracterizando-o-teletrabalho-docente> Acesso em 06 de ago. 2019.

MILL, D. et. al. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo**. In: Cadernos da Pedagogia. Ano 2, v. 2, n. 4, agosto/dezembro 2008. Disponível em: [www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/106/63](http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/106/63)  
Acesso em 15 de jul. de 2019.

MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C. e OLIVEIRA, M. R. G. orgs. **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques [online]**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 200 p. ISBN 978-85-7600-3363-2. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Polidoc%C3%A2ncia\\_na\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_a\\_dist%C3%A2ncia.html?id=EMR9BAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Polidoc%C3%A2ncia_na_educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia.html?id=EMR9BAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false) Acesso em 06 de ago. 2019.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya2.ed. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2000.

NÓVOA, A. **O professor e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, P.. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **PROFESSOR REFLEXIVO NO BRASIL : gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

REIS,H. **Modelos de Tutoria no Ensino a Distância**. 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/reis-hiliana-modelos-tutoria-no-ensino-distancia.pdf>. Acesso em 15 jul. 2019.

SCHLOSSER, R. L. **Atuação dos tutores nos cursos de Educação a Distância**. 2010. Disponível em: <http://www.pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/128/112>. Acesso em 12 jul 2019.

SOUZA, M. G.. **A arte da sedução pedagógica na tutoria em Educação a Distância**. Ministério da Educação e Cultura – SEED – Proinfo. Abril de 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/001-TC-A1.htm>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.